

1 **Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional –**
2 **CONSEAN/SE do ano de 2026.**
3
4

5 No vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro de 2026, às dez horas e quinze minutos, na sede do
6 Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (CONSEAN/SE), localizado na
7 Travessa Baltazar Gois, número 86, Edifício Estado de Sergipe, 3º andar, Centro, Aracaju, Sergipe, foi
8 realizada a 1ª Reunião Exotrdinária do ano de 2026. A reunião foi presidida pela Presidente do
9 CONSEAN/SE Carivalda Ribeiro Sousa e contou com a participação presencial dos seguintes membros:
10 Ana Ires Lima dos Santos-MNU; Antônia Regina Coelho de Oliveira- SEAF AZ; Carivalda Ribeiro Souza-
11 ICB; Claudino Augusto Dantas Leandro Júnior- CRN5; Dayanne Kamyll de Souza Marques- SEED;
12 Dianna Batista dos Santos- ASPDR; Estelita Santos da Conceição- Associação Nova Esperança; Edjunio
13 Vieira Silva- IDPESE; Eliene da Silva Santos-CONSEAN; Flávia Munik Garrido de Oliveira- Instituto
14 Braços; Gicélia Santos Prado- SEMAC; Hiago Henrique Fontes Silva- SECC; Kathleen F. Hagenbeck-
15 CONSEAN; Lucas dos Santos – IDPESE; Lucas Travassos Deda SEAGRI; Maria José de Souza Batista
16 Santos- Instituto Braços; Maria Thiane da Silva Mendonça- CRN5; Marisa Ramos- Associação de
17 desenvolvimento Integral Um Lugar ao Sol; Silvino José dos Santos- ASPDR; Risomar Maria Ferreira-
18 Instituto Ecovida; Tânia Maria de Lima- Associação Católica Bom Pastor; Valmira Beto Santos- Colônia
19 de Pescadores Z3; e Viviane Reis de Andrade-SEASIC. Na modalidade on-line: Laís la Vieira Santana-
20 SEDURBI. E como convidada: Allana Laysa Matos Brito- SEASIC. E teve como pauta: 1- Deliberação
21 dos mandatos vigentes. Carivalda informou a todos que Alex participaria da reunião na modalidade
22 on-line, a Secretária Executiva disponibilizou o link no grupo do whatsapp, o qual entraram apenas
23 Laís la, representante da SEDURBI e Dianna, que logo depois participou presencialmente, a secretária
24 informou ainda que Vanessa, representante do GAAC havia justificado ausência. Carivalda deu
25 continuidade a reunião informando que a pauta tratava dos mandatos que estavam se encerrando,
26 especificamente os mandatos do ICB, do INIS e o seu próprio, enquanto presidente. Destacou que
27 está à frente da presidência respeitando os princípios democráticos e afirmou que é necessário agir
28 de forma democrática para garantir os direitos do colegiado. Relatou que, na reunião anterior, havia
29 mencionado a possibilidade de recondução dos mandatos, ocasião em que foi apontada a
30 impossibilidade legal. Esclareceu que, ao tratar da recondução, baseou-se em orientação da CPCE
31 Nacional, considerando a realização de Conferência Nacional e o processo de capacitação dos
32 conselheiros para esse momento. Informou que participará da segunda capacitação nos dias 9, 10 e
33 11 de março, ressaltando que a preocupação da instância nacional é garantir a preparação dos
34 conselheiros diante de possíveis mudanças decorrentes das eleições. Reconheceu equívoco em sua
35 fala anterior quanto à recondução e ao prazo de um ano. Informou ainda que participou de reunião
36 com a Secretaria Executiva do Conselho e com o coordenador da CPCE Nordeste, ocasião em que foi
37 discutido que diversos estados estão realizando prorrogação de mandatos por até 180 dias, com o
38 objetivo de organizar as conferências. Solicitou, então, que a Secretaria Executiva apresentasse os
39 esclarecimentos repassados pelo coordenador. A Secretaria Executiva informou que havia
40 compartilhado no grupo do Conselho o documento encaminhado pela CPCE, contendo
41 recomendação de prorrogação dos mandatos por até 180 dias. Explicou que o período ideal, segundo
42 ele, seria entre maio e junho/julho, considerando tratar-se de ano eleitoral, sugerindo-se, na prática,

43 uma prorrogação aproximada de 90 dias. Destacou que a conferência atual dará continuidade à
44 conferência anterior e que, após sua realização, seria conduzido o processo eleitoral do Conselho.
45 Quanto à recondução, informou que atualmente há uma cadeira vaga no Conselho, além da saída
46 prevista de duas instituições, INIS e ICB, e possivelmente da FETASE, que se encontra sem
47 representação. Informou que será encaminhado e-mail à FETASE consultando o interesse em
48 permanecer no Conselho, com prazo definido para resposta. Assim, o processo eleitoral contemplaria
49 inicialmente três cadeiras, podendo chegar a quatro, caso não haja manifestação da entidade.
50 Carivalda manifestou posicionamento em defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs),
51 afirmando não considerar justo que o Instituto Cigano fique fora de um conselho de segurança
52 alimentar, considerando sua contribuição histórica e o processo de inclusão promovido pelo governo
53 estadual. Defendeu que o edital de eleição observe a necessidade de garantir participação desses
54 grupos e alertou para o cuidado da comissão organizadora na definição das vagas, mencionando que
55 anteriormente havia entendimento de existência de apenas uma vaga destinada a esses segmentos.
56 A Secretaria Executiva esclareceu que havia interpretação equivocada do regimento interno, uma vez
57 que não há determinação de vaga fixa para segmentos específicos, mas sim orientação para que seja
58 dada preferência às entidades dos segmentos sugeridos. Explicou que não existem 18 segmentos
59 distintos previstos, e que as vagas são abertas a todas as entidades, observando-se apenas a
60 preferência indicada. Ronaldo ressaltou que a previsão de preferência não impede que mais de uma
61 entidade de determinado segmento seja contemplada. A Secretaria Executiva complementou
62 explicando que o regimento também menciona preferência para federação de agricultores e que, no
63 estado, existe apenas a FETASE; contudo, isso não significa permanência automática da entidade no
64 Conselho, pois o próprio regimento estabelece que se deve buscar contemplar os segmentos, sem
65 obrigatoriedade fixa. Ronaldo acrescentou que a reivindicação apresentada pela presidente poderia
66 ser contemplada dentro desse entendimento. Ana Íris destacou que, nos editais nacionais, há
67 previsão específica para participação de população negra, povos indígenas, comunidades ciganas,
68 povos de matrizes africanas e juventude negra, observando que, no âmbito da CEPIS, esses
69 segmentos já possuem assento próprio e disputam vagas entre si dentro de cada segmento. A
70 Secretaria Executiva informou que Gilmar, coordenador da CPCE das regiões Norte e Nordeste,
71 explicou a possibilidade de destinar vagas específicas aos Povos e Comunidades Tradicionais, sem
72 vinculá-las rigidamente a segmentos determinados, permitindo que todos concorram entre si dentro
73 dessas vagas. Ronaldo destacou que já houve períodos no Conselho em que três ou quatro
74 cooperativas pertencentes ao mesmo segmento estiveram representadas simultaneamente,
75 questionando por que não poderia ocorrer o mesmo no campo das organizações sociais, incluindo
76 organizações vinculadas à população cigana, população negra jovem, ribeirinhos e quilombolas.
77 Carivalda avaliou que a comissão responsável não avançou conforme esperado, ressaltando que
78 houve preocupação em constituir a comissão de revisão do regimento justamente para que, neste
79 momento, o Conselho estivesse com as normas ajustadas para a realização do edital e do processo
80 eleitoral, o que, segundo ela, não ocorreu. Solicitou que os membros que vierem a compor a comissão
81 do edital observem atentamente as questões discutidas, especialmente quanto à definição das
82 entidades que efetivamente atuam na área de segurança alimentar e nutricional. Destacou que
83 segurança alimentar não se limita à distribuição de alimentos, afirmando que essa prática,
84 isoladamente, caracteriza assistencialismo. Segundo ela, a atuação envolve também o cuidado com
85 o meio ambiente, a promoção da agroecologia e a implementação de hortas comunitárias, atividades

86 desenvolvidas por diversas entidades, incluindo terreiros religiosos e igrejas. Ressaltou a importância
87 de compreender o conceito de segurança alimentar em sua integralidade, demonstrando
88 preocupação com o futuro do Conselho e com a qualificação das representações. Lucas informou
89 estar confuso quanto às discussões e questionou se havia um regimento interno vigente. A Secretaria
90 Executiva, então, disponibilizou o arquivo do regimento no grupo de WhatsApp do Conselho. Em
91 seguida, Lucas perguntou em que estágio se encontrava o processo de revisão do regimento. A
92 Secretaria Executiva explicou que, nas reuniões da comissão, havia dificuldade de avanço, pois os
93 debates frequentemente retornavam a pontos já discutidos, impedindo a continuidade dos
94 trabalhos. Informou que, diante dessa situação, a advogada da SEASIC propôs consolidar as sugestões
95 apresentadas, realizar as modificações necessárias e posteriormente convocar reunião para
96 apresentar o texto revisado à comissão, proposta que foi aceita por todos. Ronaldo observou que
97 estavam sendo discutidas duas questões de grande relevância: a situação dos mandatos e o processo
98 eleitoral para preenchimento das vagas do Conselho. Sugeriu que os encaminhamentos fossem
99 tratados separadamente, a fim de evitar confusões. Quanto ao regimento, considerou importante
100 retomar as discussões, redefinir a comissão responsável e garantir continuidade aos trabalhos,
101 ressaltando que as reuniões poderiam ocorrer de forma virtual. Esclareceu a Lucas que o Conselho
102 possui regimento interno, porém necessita de atualização, considerando experiências passadas
103 consideradas traumáticas, tornando necessária uma redação mais clara para evitar interpretações
104 divergentes. Ana Íris informou que, na Conferência de Igualdade Racial, os segmentos da população
105 negra, povos indígenas, povos de matrizes africanas e população cigana possuem assento
106 assegurado. Destacou que a reivindicação apresentada por Carivalda é justa, considerando que a
107 população cigana possui características nômades, enfrenta forte discriminação e ainda não alcançou
108 o mesmo nível de avanço que outros Povos e Comunidades Tradicionais, defendendo, portanto, o
109 reconhecimento desse assento. Carivalda retomou a fala informando que o ponto em discussão
110 tratava da ampliação dos mandatos por até 180 dias, mencionando que estados como Ceará,
111 Amazonas e Alagoas estariam adotando procedimento semelhante. A Secretaria Executiva esclareceu
112 que a proposta discutida seria de prorrogação por até 90 dias, período correspondente à participação
113 no fórum e à realização do processo eleitoral, o qual deveria ocorrer e ser concluído até o mês de
114 julho. Viviane alertou para a necessidade de observância dos prazos administrativos, considerando
115 que o edital eleitoral deverá ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que possui prazo
116 próprio para análise e devolução. Alana informou que, na PGE, o prazo de tramitação pode chegar a
117 até 21 dias úteis para análise. A Secretaria Executiva destacou que os procedimentos poderiam ser
118 iniciados já no mês de março. Claudino mencionou ainda a possibilidade de surgirem inconsistências
119 no processo documental, o que poderia ampliar o tempo de tramitação. Alana complementou que,
120 além do prazo da PGE, devem ser considerados os períodos destinados ao envio de documentação
121 pelas entidades, análise das inscrições e fase recursal. Carivalda relatou que havia pensado em levar
122 o regimento interno para discussão em plenária, de modo que todos participassem de sua
123 construção. A Secretaria Executiva esclareceu que o regimento deverá passar pelo plenário e que a
124 comissão atual, composta por poucos membros, não tem conseguido dar o andamento necessário
125 aos trabalhos. Marisa cumprimentou os presentes e manifestou concordância em contribuir com o
126 andamento dos trabalhos. Em relação à prorrogação dos mandatos, avaliou positivamente a
127 proposta, afirmando que a medida pode contribuir para melhor organização do processo eleitoral.
128 Destacou que a prorrogação deve ser compreendida como uma oportunidade para ampliar a

129 participação, atualizar a legislação interna e fortalecer o próximo mandato, buscando alcançar
130 resultados iguais ou superiores aos já obtidos. Quanto ao regimento interno e às comissões, recordou
131 que, no início do mandato, foram constituídas comissões que vivenciaram debates intensos, por
132 vezes marcados por conflitos que dificultaram o avanço das discussões. Relatou que, diante desse
133 cenário, optou por reduzir suas intervenções, embora reconheça que o ideal seja a participação ativa
134 de todos. Ressaltou que prefere direcionar sua energia para contribuir com soluções. Destacou que
135 o Conselho já possui regimento interno, sendo necessárias apenas adequações, o que tornaria o
136 processo mais célere do que a elaboração de um novo documento. Defendeu que nenhum passo seja
137 dado sem a atualização do regimento e sugeriu a retomada imediata da comissão responsável,
138 propondo que seus integrantes se reúnam para consolidar os ajustes e apresentem o texto revisado
139 na próxima assembleia. Após a aprovação do regimento, seria possível avançar com a comissão do
140 edital, cujos trabalhos poderiam ocorrer em paralelo. Marisa também abordou a participação dos
141 Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), destacando que o conceito abrange diversos grupos, como
142 ribeirinhos, ciganos e quilombolas. Relatou possuir experiência tanto na sociedade civil quanto no
143 setor governamental, além de atuação social há mais de 30 anos, afirmando que as políticas públicas
144 federais priorizam os PCTs como forma de garantir direitos às populações historicamente excluídas.
145 Ressaltou, contudo, a importância de que as entidades participantes demonstrem interesse efetivo,
146 compromisso com o aprendizado, participação nas reuniões e atuação ativa na defesa de seus
147 direitos. Ronaldo manifestou concordância com as colocações de Marisa, destacando que a realidade
148 da militância do povo cigano varia entre os estados e que, no contexto local, há um processo recente
149 de inserção desse segmento, ressaltando o papel de Carivalda na mobilização e ampliação dos
150 espaços ocupados por essa população. Retomando a discussão sobre o regimento, sugeriu identificar
151 os membros da comissão e definir quem poderá participar das discussões, a fim de avaliar a
152 viabilidade do cronograma de atualização. De forma objetiva, posicionou-se favoravelmente à
153 ampliação dos mandatos, destacando a importância da decisão do CONSEAN Nacional em possibilitar
154 essa medida. Recordou experiências anteriores consideradas problemáticas quanto aos mandatos e
155 avaliou que a prorrogação permitirá criar um ambiente adequado para a realização da Conferência
156 Nacional, organização do processo eleitoral interno e avanço na atualização do regimento interno.
157 Ressaltou que o objetivo comum é garantir o pleno funcionamento do Conselho, com todas as
158 cadeiras ocupadas e processos organizados de forma adequada. Dayanne questionou quais
159 conselheiros compunham a Comissão do Regimento, sendo informados os seguintes nomes: Sr.
160 Paulo, Edjunio, Ronaldo, Dianna, Carivalda e Sabrina. Destacou a importância de que a reunião já
161 definisse formalmente os integrantes das comissões, ressaltando ainda a necessidade de sair daquele
162 encontro com a Comissão do Edital Eleitoral constituída e com a apresentação de um cronograma
163 contendo prazos definidos, afirmando que, sem prazos estabelecidos, os trabalhos não avançariam.
164 Tânia manifestou satisfação em participar de um conselho que considera atuante e participativo,
165 afirmando acreditar tratar-se de um momento histórico que deve ser valorizado. Concordeu com as
166 colocações apresentadas por Marisa, destacando que sua fala sintetizou o entendimento coletivo
167 sobre os encaminhamentos necessários. Ronaldo reiterou a importância da ampliação do prazo dos
168 mandatos e concordou com a observação de Dayanne quanto à definição de prazos, enfatizando que
169 os processos somente avançam quando há cronograma definido. Colocou-se ainda à disposição para
170 colaborar com os trabalhos. Carivalda retomou a palavra e colocou em votação a proposta de
171 ampliação dos mandatos. Foi solicitado que os conselheiros favoráveis se manifestassem, ocasião em

172 que todos levantaram a mão, com exceção do conselheiro Edjunio. Em seguida, questionou se havia
173 abstenções, não havendo manifestação, bem como se havia votos contrários, também não
174 registrados. Agradeceu aos presentes e deu início à definição da Comissão do Regimento. Ronaldo
175 lembrou que a comissão anteriormente era composta por Carivalda, Dianna, Paulo, Ronaldo,
176 Sabrina e Edjunio, questionando quem desejaria permanecer. Manifestaram concordância em
177 continuar os conselheiros Edjunio, Dianna, Ronaldo e Carivalda, sendo definida a substituição de
178 Sabrina por Viviane. Ronaldo defendeu que a comissão tivesse um número adequado de integrantes,
179 de modo a criar condições efetivas para aprovação do regimento, ressaltando a necessidade de
180 objetividade, cumprimento de prazos e capacidade de diálogo entre os membros. Dayanne
181 acrescentou que os integrantes da comissão devem compreender que nem todas as decisões
182 ocorrerão conforme a vontade individual, mas sim conforme o entendimento coletivo, destacando
183 que uma das maiores dificuldades em comissões é a resistência em aceitar decisões tomadas pela
184 maioria. Após os ajustes, ficou definida a composição da Comissão do Regimento com os seguintes
185 membros: **Sociedade Civil: Carivalda, Edjunio, Dianna e Marisa. E Representação**
186 **Governamental: Ronaldo e Viviane.** Na sequência, iniciou-se a definição da Comissão do Edital
187 Eleitoral, ficando composta por: **Representação Governamental: Viviane e Lucas. Sociedade**
188 **Civil: Tânia, Claudino, Carivalda e Ana Ires.** Durante a discussão, foi levantada a questão sobre a
189 participação dos membros da comissão no processo eleitoral. Claudino informou que os integrantes
190 da Comissão Eleitoral não poderão concorrer às cadeiras do Conselho, o que gerou debate entre os
191 presentes. Allana esclareceu que será necessária a elaboração de edital eleitoral, considerando que
192 duas instituições não poderão permanecer no Conselho por já terem sido reconduzidas
193 anteriormente, além da existência de uma cadeira vaga e outra que dependerá da manifestação da
194 FETASE quanto ao interesse em indicar representante ou renunciar à vaga. Valmira questionou se o
195 ICB estaria impedido de participar do Conselho na condição de presidência ou como membro. Allana
195 explicou que, em outros conselhos, o procedimento ocorre da seguinte forma: a instituição participa
197 do fórum de eleição, assume a cadeira no conselho por dois anos e pode ser reconduzida por mais
198 dois anos. Após quatro anos consecutivos, abre-se a possibilidade para que novas instituições
199 participem do fórum eleitoral da sociedade civil, garantindo alternância e proporcionalidade na
200 representação. Allana mencionou ainda que Kathleen havia apresentado uma questão relacionada à
201 possível vedação de recondução vinculada ao CPF do representante, ponto que afirmou precisar
202 analisar por ainda não possuir conhecimento técnico sobre o caso. Ressaltou que o fórum eleitoral
203 deve oportunizar a participação de outras instituições, considerando que a permanência contínua
204 das mesmas entidades não seria proporcional nem justa. Destacou também que o fórum de eleição
205 das entidades é distinto do processo de escolha da presidência do Conselho, informando que recebeu
206 parecer da PGE, mas que ainda não havia realizado análise detalhada. Carivalda afirmou que o povo
207 cigano não poderia ser excluído do Conselho, ressaltando que o Instituto Cigano do Brasil é a única
208 entidade representativa do segmento no estado, questionando por que não poderia participar do
209 edital. Allana esclareceu que não se tratava de impedimento à participação da entidade, mas sim da
210 impossibilidade de integrantes da comissão eleitoral participarem do fórum enquanto candidatos,
211 para evitar acesso a informações privilegiadas. Claudino solicitou esclarecimento, confirmando que
212 o questionamento era sobre a participação do ICB no fórum, ao que Allana respondeu
213 afirmativamente. A Secretaria Executiva complementou que o impedimento se referia à participação
214 da presidente na comissão eleitoral, considerando que a entidade por ela representada participaria

215 do processo eleitoral. Carivalda afirmou que poderia participar enquanto presidente, destacando que
216 quem concorre é a entidade e não a pessoa física. Lucas esclareceu que, conforme a legislação, as
217 entidades são escolhidas no fórum e, posteriormente, entre as entidades eleitas, ocorre a escolha da
218 presidência. Informou ainda que o regimento vigente não impede que uma entidade já reconduzida
219 participe novamente do processo eleitoral, tratando-se de disputa democrática, podendo o ICB
220 concorrer novamente mediante articulação e votação no fórum, ressalvando que eventuais
221 mudanças poderão ocorrer após atualização do regimento. Ressaltou a importância de definição dos
222 prazos para que o edital esteja alinhado ao regimento vigente. Marisa destacou a necessidade de
223 clareza no entendimento das regras. A Secretaria Executiva explicou que a eleição em questão refere-
224 se às vagas de entidades que já passaram pelo processo de recondução. Claudino questionou se sua
225 participação na comissão eleitoral impediria a recondução da entidade que representa, sendo
226 informado que não haveria impedimento. Allana acrescentou que a recondução não integra o
227 processo eleitoral. Edjunio esclareceu que a lei que reorganizou o Conselho prevê apenas a
228 impossibilidade de recondução por mais de dois mandatos consecutivos do representante, e não da
229 entidade. Informou que, caso se deseje limitar a participação institucional, tal previsão deverá
230 constar expressamente na legislação ou no regimento. Citou como exemplo o Conselho de Saúde,
231 que estabelece renovação mínima de 30% das entidades da sociedade civil a cada mandato. Ressaltou
232 ainda que, antes da publicação do edital eleitoral, é indispensável a elaboração do regimento
233 eleitoral, que servirá como instrumento orientador do processo. Dianna lembrou que, há dois anos,
234 o Conselho realizou processo eleitoral em prazo reduzido, defendendo que não é necessário
235 antecipar debates sobre candidaturas ou presidência. Destacou que a comissão eleitoral será
236 responsável pela elaboração do edital para posterior aprovação da plenária, podendo inclusive
237 utilizar como referência o edital anterior, que considerou exitoso. Ressaltou a importância de seguir
238 o rito processual com tranquilidade e bom senso, evitando especulações antecipadas. Marisa
239 ponderou que é necessário distinguir opiniões pessoais da legislação vigente, afirmando que os
240 debates estavam misturando temas distintos. Declarou que, caso a discussão permanecesse centrada
241 em opiniões e não na legislação, retiraria seu nome da comissão, por entender que os debates
242 deveriam ocorrer com base legal. Defendeu a separação entre o edital referente à composição das
243 entidades e o processo de eleição da mesa diretiva. Ronaldo concordou com a colocação, destacando
244 que discussões sobre recondução são recorrentes em processos eleitorais do Conselho e reforçou a
245 necessidade de separar os temas. Explicou que a recondução segue regras específicas do regimento
246 e que as entidades impossibilitadas deverão ser substituídas mediante processo eleitoral. Questionou
247 quais entidades precisariam ser substituídas, sendo informado pela Secretaria Executiva que seriam
248 o ICB e o INIS. Ronaldo ressaltou que a comissão deverá conduzir o processo com clareza para evitar
249 interpretações equivocadas e dificuldades de compreensão. Acrescentou que, caso não haja tempo
250 hábil para conclusão do novo regimento, o processo poderá ocorrer com base no regimento vigente,
251 enquanto o novo documento segue em construção. Dayanne solicitou organização das falas, pedindo
252 que fossem evitadas conversas paralelas e que os interessados se inscrevessem previamente para
253 manifestação. Edjunio lembrou que a pauta principal da reunião tratava dos mandatos, afirmando
254 que não seria o momento adequado para deliberações sobre a comissão eleitoral. Explicou que,
255 conforme o regimento, apenas as vagas com dois mandatos consecutivos seriam submetidas ao
256 processo eleitoral, enquanto as demais entidades seriam automaticamente reconduzidas, resultando
257 na abertura de três ou quatro vagas. Carivalda concordou com a colocação de Edjunio, esclarecendo

258	que a discussão sobre as comissões surgiu diante da necessidade de organização dos
259	encaminhamentos e finalizou a reunião. Na reunião ficou deliberado: 1-A ampliação dos mandatos
260	por até 90 (noventa) dias, com a finalidade de possibilitar a organização da Conferência Estadual e
261	dos procedimentos eleitorais do Conselho. Nada mais havendo a tratar, e eu, Kathleen F. Hagenbeck,
262	secretária executiva do CONSEAN/SE, lavrarei a presente ata, a qual após lida e achada conforme,
263	será assinada por mim e pelos senhores conselheiros.
264	
265	Ana Ires Lima dos Santos – MNU _____
266	Antônia Regina Coelho de Oliveira- SEFAZ _____
267	
268	Carivalda Ribeiro Souza-ICB _____
269	
270	Claudino Augusto Dantas Leandro Júnior- CRN5 _____
271	Dayanne Kamylle de Souza Marques- SEED _____
272	
273	Dianna Batista dos Santos- ASPDR _____
274	Edjunio Vieira Silva- IDPESE _____
275	Estelita Santos da Conceição- Associação Nova Esperança _____
276	
277	Eliene da Silva Santos _____
278	
279	Flávia Munik Garrido de Oliveira- Instituto Braços _____
280	Gicélia Santos Prado- SEMAC _____
281	
282	Hiago Henrique Fontes Silva- SECC _____
283	Kathleen F. Hagenbeck – CONSEAN _____
284	Laísia Vieira Santana- SEDURBI _____
285	
286	Lucas dos Santos- IDPESE _____
287	
288	Lucas Travassos Deda-SEAGRI _____
289	Maria Thaianne da Silva Mendonça- CRN5 _____
290	
291	Maria José de Souza Batista Santos- IB _____
292	Marisa Ramos- Associação de desenvolvimento Integral Um Lugar ao
293	Sol _____
294	
295	Risomar Maria Ferreira- Instituto Ecovida _____
296	
297	Silvino José dos Santos- ASPDR _____
298	Tânia Maria de Lima- Associação Católica Bom Pastor _____
299	
300	Valmira Beto Santos- Colônia de Pescadores Z3 _____

301	
302	Viviane Reis de Andrade-SEASIC
303	
304	Allana Laysa Matos Brito- SEASIC (convidada)